

PRESTAÇÃO DE CONTAS  
**MEALHADA**

2015

água, pão, vinho, leite...

TURISMO

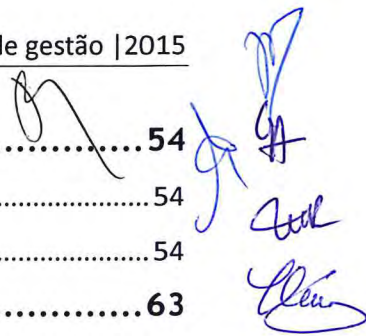


Município de  
**Mealhada**

**ÍNDICE**

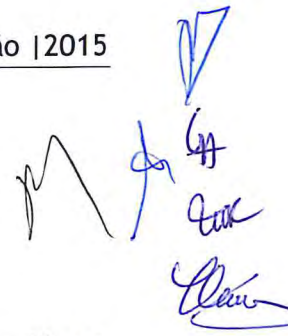
<b>1 - INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
1.1 – Nota prévia .....	5
<b>2 - ANÁLISE SUMÁRIA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E PATRIMONIAL .....</b>	<b>8</b>
2.1 – Execução orçamental.....	8
2.2 – Execução patrimonial .....	10
<b>3 - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - ESTRUTURA E EVOLUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
3.1 – Orçamento global .....	13
3.2 – Orçamento da receita.....	16
3.2.1 – Receitas correntes .....	17
3.2.2 – Receitas de capital .....	19
3.3 – Orçamento da despesa .....	21
3.3.1 – Despesas correntes.....	22
3.3.2 – Despesas de capital .....	24
3.3.3 – Equilíbrio orçamental .....	26
3.3.4 – Encargos assumidos e não pagos .....	27
3.3.5 – Lei dos compromissos e pagamentos em atraso.....	28
<b>4 - ENDIVIDAMENTO .....</b>	<b>30</b>
4.1 – Limite da dívida total .....	30
4.2 – Apuramento da dívida total.....	30
4.3 – Margem de endividamento municipal .....	32
<b>5 - ANÁLISE ECONÓMICO - FINANCEIRA .....</b>	<b>35</b>
5.1 – <i>Balanço</i> .....	35
5.1.1 – Estrutura do ativo .....	37
5.1.1.1 – Ativo imobilizado .....	37
5.1.1.2 – Ativo circulante.....	38
5.1.1.2 – Acréscimos e diferimentos .....	39
5.1.2 – Estrutura dos fundos próprios.....	39
5.1.3 – Estrutura do passivo .....	40
5.2 – <i>Demonstração de resultados</i> .....	44
<b>6 - RÁCIOS ORÇAMENTAIS E FINANCEIROS.....</b>	<b>50</b>
6.1 – <i>Rácios orçamentais</i> .....	50
6.2 – <i>Rácios financeiros</i> .....	52

<b>8 - ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>54</b>
8.1 – <i>Caracterização da entidade</i> .....	54
8.2 – <i>Notas ao balanço e à demonstração de resultados</i> .....	54
<b>9 - RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO .....</b>	<b>63</b>

Handwritten signatures in blue ink, including a large signature at the top right and several smaller ones below it.

M  
G  
C  
A

# INTRODUÇÃO



## 1 - INTRODUÇÃO

### 1.1 - Nota prévia

O relatório de gestão foi elaborado nos termos do ponto 13 do POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro) e espelha os níveis de execução orçamental alcançados em 2015, bem como a situação financeira do município de Mealhada no final deste exercício económico.

A estrutura do documento possibilita uma avaliação pormenorizada das variáveis da execução orçamental, através da segregação dos níveis de arrecadação da receita, dos níveis de realização da despesa, bem como uma análise detalhada da situação financeira e patrimonial do município, no final do período em apreciação, permitindo, deste modo, aferir sobre a eficiência dos meios afetos à execução das atividades desenvolvidas e sobre o nível de eficácia atingido na prossecução dos objetivos enunciados e aprovados pelos órgãos autárquicos competentes.

A metodologia de elaboração deste documento engloba a apresentação de quadros e gráficos por forma a evidenciar os dados expostos em cada capítulo. Para uma melhor contextualização e comparação dos mesmos, são também apresentados, em alguns casos, elementos relativos à execução de anos anteriores.

Para efeitos de apreciação pelos órgãos autárquicos competentes, Câmara e Assembleia Municipal, conforme o disposto na alínea i) do nº 1 do artigo 33º, e no nº 2 do artigo 27º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, são apresentados, nos termos do artigo 6º do POCAL entre outros, os seguintes mapas:

- a) Plano plurianual de investimentos;
- b) Orçamento;
- c) Execução anual do plano plurianual de investimento;
- d) Mapas de execução orçamental;

- e) Balanço;
- f) Demonstração de resultados;
- g) Anexos às demonstrações financeiras.

*[Handwritten signature]*  
Gx  
*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

# **ANÁLISE SUMÁRIA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E PATRIMONIAL**

## 2 - ANÁLISE SUMÁRIA DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E PATRIMONIAL

Este capítulo versa sobre os níveis de execução alcançados no ano de 2015, na perspetiva orçamental e patrimonial, e apresenta uma breve síntese do comportamento e evolução das suas principais variáveis.

### 2.1 - Execução orçamental

#### Receitas

O município de Mealhada iniciou o ano de 2015 com um orçamento de 15.681.745 euros, tendo, fruto da inclusão do saldo de gerência de 2014, atingido o montante de 19.829.966 euros.

Tendo em consideração o valor total da receita cobrada, que no exercício de 2015 alcançou o valor de cerca de 19.207.833 euros, verifica-se que foi alcançada uma taxa de execução orçamental de cerca de 97%.

Da receita efetivamente cobrada pelo município, 62% corresponde a receitas de natureza corrente (11.918.721 euros), 15% a receitas de capital (2.925.098 euros) e 23% a outras receitas (4.364.013 euros).

As principais fontes da receita arrecadada e que por isso merecem destaque, são:

	Valor	%
● <b>Receitas próprias</b>	5.716.140	29,76
● <b>Fundos Municipais</b>	4.787.060	24,92

#### Despesas

No que se refere à despesa, o orçamento final do ano de 2015, atingiu o valor de 18.336.363 euros no que respeita à despesa orçada, dos quais 56% dizem respeito a despesas de natureza corrente (10.214.660 euros) e 44% a despesas de capital (8.121.703 euros).



Relativamente à despesa paga em 2015, a mesma atingiu o montante de cerca de 14.899.015 euros, evidenciando um grau de execução de cerca de 81%.

Numa análise mais detalhada aos valores pagos, verifica-se que os pagamentos de despesas de natureza corrente fixaram-se em 9.269.902 euros e os pagamentos das despesas de capital atingiram o montante de cerca de 5.629.113 euros, evidenciando assim um grau de execução orçamental de despesas correntes de cerca de 91% e uma execução de cerca de 69% no que respeita às despesas de capital.

Os principais agregados de despesa realizada a destacar são:

	Valor	%
● Despesas com o pessoal	4.590.189	30,81
● Investimentos	4.516.284	30,31
● Aquisição bens e serviços	3.737.714	25,09

O comportamento destas duas variáveis, receita e despesa, será analisado de forma mais aprofundada nos pontos seguintes deste relatório, podendo, desde já, destacar-se as elevadas taxas de execução alcançadas.

### Saldo de gerência

No final de 2015, o saldo orçamental a transitar para a gerência seguinte atingiu o valor de cerca de 4,3 milhões.

Os movimentos ocorridos ao longo do ano podem ser analisados na síntese que se apresenta no quadro infra:

DESCRIÇÃO	VALOR
Saldo transitado da gerência anterior	4.148.221,58
Total de receitas orçamentais	15.067.152,51
Total de despesas orçamentais	14.899.015,05
<b>Saldo orçamental para a gerência seguinte</b>	<b>4.316.359,04</b>

## 2.2 - Execução patrimonial

### Balanco

O ativo líquido, que totaliza o montante de cerca de 77.973.964 euros, apresenta uma ligeira variação face ao ano anterior. No total desta massa patrimonial, é claramente expressivo o valor do imobilizado, que a representa em cerca de 89%.

Relativamente ao período homólogo, o passivo, que apresenta o valor de cerca de 13.705.887 euros, evidencia um aumento de 9,53%, e os fundos próprios, que totalizaram 64.268.077 euros, apresentam uma diminuição de 1,11%.

### Demonstração de resultados

Os proveitos e ganhos gerados no exercício em análise ascenderam a 13.291.559 euros e os custos e perdas incorridos a 14.241.154 euros. Desta diferença resulta um resultado líquido negativo de cerca de 949.595 euros.

### Operações de tesouraria

As operações de tesouraria, que respeitam às cobranças que o município de Mealhada realiza para entregar a entidades terceiras e a cauções e garantias prestadas por terceiros, evidenciam, no final do exercício económico, o montante de 625.973 euros, resultante dos movimentos que se apresentam no quadro seguinte:

DESCRIÇÃO	VALOR
Saldo transitado da gerência anterior	685.776,95
Movimentos entrada de operações de tesouraria	1.114.070,92
Movimentos saída de operações de tesouraria	1.173.874,56
<b>Saldo de operações de tesouraria para a gerência seguinte</b>	<b>625.973,31</b>

**Contas de ordem**

As garantias e cauções, tituladas por papel, apresentam, no final do exercício, um saldo de 4.531.458 euros. Tal como no ponto anterior, o quadro seguinte apresenta um resumo dos movimentos ocorridos durante o ano 2015:

DESCRIÇÃO	VALOR
Saldo transitado da gerência anterior	4.267.820,81
Garantias e cauções prestadas	490.268,17
Garantias e cauções acionadas	475,00
Garantias e cauções devolvidas	226.155,99
<b>Saldo de garantias e cauções para a gerência seguinte</b>	<b>4.531.457,99</b>

*[Handwritten signatures in blue ink]*

# **EXECUÇÃO ORÇAMENTAL ESTRUTURA E EVOLUÇÃO**

### 3 - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL - ESTRUTURA E EVOLUÇÃO

#### 3.1 - Orçamento global

Tendo por base os princípios orçamentais e regras previsionais previstos no POCAL, foi elaborado o orçamento municipal para o ano de 2015, onde se encontravam elencados todos os recursos que o Município previa arrecadar para fazer face às despesas que pretendia efetuar.

No presente ponto, efetuar-se-á uma breve análise entre o orçamento inicial, final e executado, bem como aos desvios ocorridos, verificando deste modo a capacidade de gestão dos recursos disponíveis por parte da autarquia.

**Quadro nº 1**  
**Execução do orçamento para o ano de 2015**

DESIGNAÇÃO	ORÇAMENTO		EXECUÇÃO (c)	DESVIO (c) - (b)	TAXA DE EXECUÇÃO
	INICIAL (a)	FINAL (b)			
RECEITAS	15.681.745,00	19.829.966,58	19.207.833,46	-622.133,12	96,86%
Correntes	11.369.449,00	11.369.449,00	11.918.721,48	549.272,48	104,83%
Capital	4.312.295,00	4.312.295,00	2.925.098,01	-1 387.196,99	67,83%
Rep. não abat. nos pag.	1,00	1,00	215.792,39	215.791,39	21579239,00%
Saldo gerência anterior		4.148.221,58	4.148.221,58	0,00	100,00%
DESPESAS	15.681.745,00	18.336.363,00	14.899.015,05	-3.437.347,95	81,25%
Correntes	8.998.667,00	10.214.660,00	9.269.902,00	-944.758,00	90,75%
Capital	6.683.078,00	8.121.703,00	5.629.113,05	-2.492.589,95	69,31%

As elevadas taxas de execução obtidas, quer ao nível da receita (96,86%), quer ao nível da despesa (81,25%), são reflexo do rigor orçamental aquando da elaboração do orçamento e do esforço realizado ao longo do ano económico para cumprimento dos objetivos propostos.

A execução total da receita atingiu os 19,2 milhões de euros, agregando 11,9 milhões de receita corrente, 2,9 milhões de receitas de capital e 4,3 milhões

de outras receitas, que correspondem ao saldo da gerência anterior e às reposições não abatidas aos pagamentos.

O orçamento inicial da receita foi aumentado, ao longo do exercício de 2015, por incorporação do saldo de gerência transitado do ano anterior, no valor de 4.148.221, 58 euros, através de revisões orçamentais.

Também o orçamento da despesa sofreu um aumento na ordem dos 2,6 milhões de euros, tendo as despesas de capital constituído o agregado que absorveu a maior fatia do reforço verificado (54%).

A análise do quadro anterior permite ainda verificar que as despesas pagas ascenderam a cerca de 14.899.015 euros, sendo que este valor se reparte entre despesas correntes (9.269.902 euros) e despesas de capital (5.629.113 euros). No que respeita às taxas de execução, as elevadas taxas verificadas ao nível destes dois agregados (91% nas despesas correntes e 69% nas despesas de capital) permitiram alcançar uma taxa de execução de 81% ao nível das despesas.

Para uma análise da evolução das receitas e das despesas, bem como do comportamento de cada uma das suas componentes, correntes e capital, foi elaborado o quadro nº 2, que a seguir se apresenta:

**Quadro nº 2**  
**Evolução orçamental**

DESIGNAÇÃO	2014	2015	Evolução%
RECEITAS	20.303.262,47	19.207.833,46	-5,40
Correntes	11.113.508,74	11.918.721,48	7,25
Capital	1.988.302,18	2.925.098,01	47,12
Outras Receitas	7.201.451,55	4.364.013,97	-39,40
DESPESAS	16.171.014,93	14.899.015,05	-7,87
Correntes	8.808.666,74	9.269.902,00	5,24
Capital	7.362.348,19	5.629.113,05	-23,54

Numa primeira análise constata-se que, em relação ao exercício de 2014, houve uma diminuição da receita arrecadada em cerca de 1 milhão de euros. Contudo, uma observação mais cuidada permite atentar que esse decréscimo resulta unicamente da evolução negativa ocorrida na componente das outras receitas, mais especificamente no que respeita ao saldo transitado da gerência anterior, uma vez que tanto as receitas correntes como as receitas de capital verificaram uma evolução positiva.

Pela análise do quadro acima apresentado, pode ainda observar-se que, ao nível das receitas, a principal variação ocorreu ao nível das receitas de capital, com uma evolução positiva de cerca de 47%, reflexo, essencialmente, das participações comunitárias em projetos cofinanciados, nomeadamente do QREN - Quadro de Referência Estratégica Nacional, recebidas no ano de 2015.

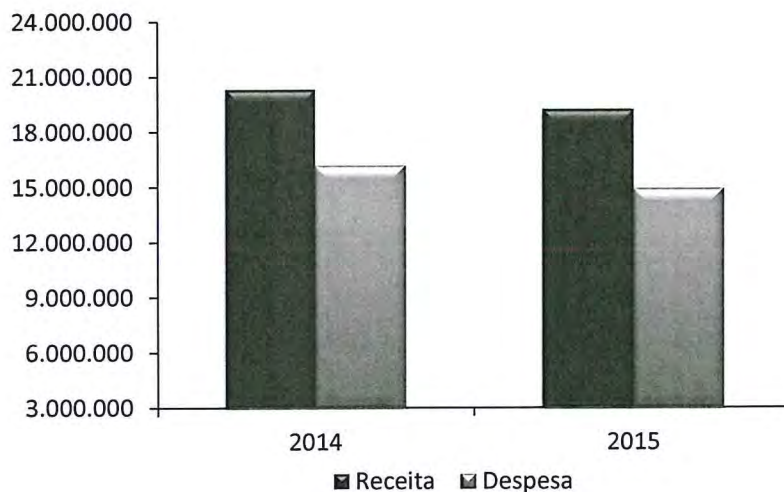
Relativamente às despesas municipais e comparativamente ao ano anterior, verificou-se um decréscimo de cerca de 8%. Tal é resultado da conjugação da evolução positiva verificada ao nível das despesas correntes (5,24%) e da evolução negativa ocorrida ao nível das despesas de capital (23,54%).

De salientar que a evolução negativa registada ao nível das despesas de capital, deve-se essencialmente ao facto de as despesas de capital do exercício de 2014, refletirem a realização da operação financeira, no valor de cerca de 1,5 milhões de euros, realizada por conta do exercício do direito de preferência relativo à transmissão de ações resultante da opção de venda da participação no capital social da ERSUC, no âmbito do processo de reprivatização da EGF (Empresa Geral de Fomento, SA).

A evolução registada nos últimos dois exercícios está evidenciada no gráfico a seguir apresentado:

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

**Gráfico n.º 1**  
**Evolução orçamental**



Importa, ainda neste contexto, verificar o cumprimento do princípio orçamental do equilíbrio previsto no ponto 3.1.1 das considerações técnicas do POCAL, que refere que *“o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes”*.

Efetivamente, e tendo em consideração que as receitas correntes arrecadadas atingiram o montante de cerca de 11.918.721 euros e que as despesas correntes realizadas se cifraram em 9.269.902 euros, pode-se afirmar que o princípio acima enunciado foi realmente cumprido. Destes valores resulta ainda uma poupança corrente, no montante de 2.648.819 euros que permitiu financiar as despesas de capital em cerca de 47%.

### 3.2 - Orçamento da receita

Neste ponto do relatório será feita uma análise detalhada das diversas componentes da receita, com principal destaque para as de maior peso na respetiva estrutura, fazendo ainda uma análise comparativa entre os valores



previstos e os efetivamente arrecadados e apresentando as necessárias justificações para os desvios verificados.

### 3.2.1 - Receitas correntes

O quadro nº 3 permite analisar a receita corrente ao nível das diferentes componentes de natureza económica e o respetivo peso.

**Quadro nº 3**  
**Estrutura e execução das receitas correntes**

COD	DESIGNAÇÃO	RECEITA	%	RECEITA	%	DESVIO	TAXA
		ORÇADA		COBRADA			EXECUÇÃO
							%
01	Impostos diretos	2.482.689,00	21,83	3.054.778,17	25,63	572.089,17	123,04
02	Impostos indiretos	102.479,00	0,90	110.459,23	0,93	7.980,23	107,79
04	Taxas, multas e outras penalidades	152.439,00	1,34	210.231,81	1,76	57.792,81	137,91
05	Rendimentos de propriedade	643.278,00	5,66	516.237,38	4,33	-127.040,62	80,25
06	Transferências correntes	5.580.916,00	49,09	5.670.986,71	47,58	90.070,71	101,61
07	Venda de bens e serviços	2.407.643,00	21,18	2.340.670,96	19,64	-66.972,04	97,22
08	Outras receitas correntes	5,00	0,00	15.357,22	0,13	15.352,22	307144,40
<b>TOTAL</b>		<b>11 369 449,00</b>	<b>100,00</b>	<b>11 918 721,48</b>	<b>100,00</b>	<b>549 272,48</b>	<b>104,83</b>

Da leitura do quadro apresentado é possível, desde logo, verificar que as receitas correntes cobradas totalizaram o montante de cerca de 11.918.721 euros, o que se traduz numa taxa de execução de 104,83%. Esta taxa resulta da existência de taxas de execução superiores a 100%, na maioria dos capítulos que compõem as receitas correntes.

Uma análise da estrutura da receita permite concluir que existem três agregados principais, que, no seu conjunto, correspondem a mais de 90% das receitas correntes arrecadadas: as transferências correntes (47,58%), os impostos diretos (25,63%) e as vendas de bens e serviços (19,64%).

Sendo a rubrica com maior destaque nas receitas correntes cobradas (47,58%), as transferências correntes assumem uma especial importância nas receitas do

município. Neste capítulo têm enquadramento os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas correntes ou sem afetação preestabelecida. Assim, são aqui contempladas as transferências provenientes do orçamento de estado, mais concretamente, o fundo de equilíbrio financeiro (FEF) e o fundo social municipal (FSM). Das restantes transferências com enquadramento neste capítulo, assumem ainda especial importância as transferências relativas à delegação de competências em matéria de educação.

Com mais de 3 milhões de euros cobrados, o capítulo dos impostos diretos representa 25,63% do total da receita corrente cobrada. Este capítulo engloba os impostos diretos municipais, designadamente o imposto municipal sobre imóveis (IMI), o imposto único de circulação (IUC), o imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis (IMT) e a derrama.

De realçar ainda o capítulo relativo à venda de bens e serviços, onde se incluem, de uma forma genérica, as receitas provenientes da venda de bens e ainda os recebimentos por contrapartida da prestação de serviços efetuados pelo município no desenvolvimento das suas competências, com o objetivo de garantir as necessidades coletivas dos munícipes, nomeadamente no que respeita a atividades de natureza social, recreativa, cultural, educativa e desportiva. Este capítulo, com um peso de 19,64%, registou também uma cobrança bastante significativa no total das receitas correntes, mais de 2,3 milhões de euros.

## 3.2.2 - Receitas de capital

## Quadro nº 4

## Estrutura e execução das receitas de capital

COD	DESIGNAÇÃO	RECEITA ORÇADA	%	RECEITA COBRADA	%	DESVIO	TAXA EXEC. %
09	Venda de bens investimento	479.486,00	11,12	121.852,30	4,17	-357.633,70	25,41
10	Transferências de capital	3.502.806,00	81,23	2.353.023,36	80,44	-1.149.782,64	67,18
11	Ativos financeiros	2,00	0,00	0,00	0,00	-2,00	0,00
13	Outras receitas de capital	330.001,00	7,65	450.222,35	15,39	120.221,35	136,43
<b>TOTAL</b>		<b>4 312 295,00</b>	<b>100,00</b>	<b>2 925 098,01</b>	<b>100,00</b>	<b>-1 387 196,99</b>	<b>67,83</b>

Com um total de 2.925.098 euros, as receitas de capital cobradas alcançaram, no exercício económico em análise, uma taxa de execução de cerca de 68%.

Da análise do quadro nº 4, destaca-se o peso bastante significativo (80,44%) do capítulo relativo às transferências de capital. Aqui enquadram-se os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas de capital, e ainda as receitas provenientes da união europeia para comparticipação de projetos cofinanciados. Assim, o valor arrecadado neste capítulo corresponde à transferência proveniente do orçamento de estado relativa ao FEF (444.939 euros), e às comparticipações relativas aos diversos projetos de investimento que obtiveram comparticipação comunitária (1.908.084 euros).

Importa ainda salientar que o desvio verificado neste capítulo, tem a sua origem na não arrecadação de receitas provenientes da participação comunitária em projetos cofinanciados, nomeadamente do QREN - Quadro de Referência Estratégica Nacional, justificada pelo facto de se terem verificado atrasos na execução física de alguns projetos financiados, com a consequente dilação na submissão dos respetivos pedidos de pagamento e diferimento, para 2016, dos respetivos recebimentos.

Com um peso de 15,39% no total da receita cobrada, a que corresponde cerca de 450 mil euros, posiciona-se o capítulo das outras receitas de capital, que por ser um capítulo de natureza residual, importa também destacar neste relatório. Na realidade, a receita cobrada neste capítulo teve a sua origem, essencialmente, em duas situações distintas:

- ✓ Donativo concedido pela Sociedade da Água de Luso (SAL), correspondente a uma percentagem aplicada ao valor das vendas de água no exercício de 2014, de acordo com o termo de transação assinado entre a SAL e o município de Mealhada;
- ✓ Comparticipação do município de Penacova na realização da empreitada de “Reabilitação de pavimentos na EX EN 234-A entre o Buçaco e a Cruz Alta”, correspondente aos trabalhos efetuados no âmbito territorial daquele município e que por esse motivo não são da responsabilidade do município de Mealhada.

De referir ainda neste relatório o desvio verificado na componente venda de bens de investimento, onde estão englobadas as receitas provenientes da alienação de bens de capital, mais especificamente, a alienação de terrenos.

Foram realizados estudos geológico-geotécnicos para os lotes de terreno da Zona Industrial da Pedrulha - 2ª Fase, pelo Instituto Pedro Nunes - Laboratório de Geotecnia, que vieram demonstrar que grande parte dos solos existentes nos lotes tiveram origem em ações de aterro não controlado, com materiais heterogéneos soltos e descomprimidos com baixa resistência e elevada compressibilidade. O mesmo relatório atesta ainda que estas características de terreno condicionam as soluções construtivas a adotar para novas edificações, nomeadamente ao nível das fundações, com encargos adicionais para as empresas que se vierem a instalar naqueles lotes de terreno.

Ora, no seguimento das conclusões daqueles estudos, e perante o atual contexto económico desfavorável ao investimento, foi deliberada a alteração do regulamento de venda dos lotes de terreno da zona industrial da Bairrada/Pedrulha - 2ª Fase. Foi, assim, fixado um valor de 14€/m<sup>2</sup> para

alienação daqueles lotes, cujo valor anterior se cifrava em 28€/m<sup>2</sup>.

Esta alteração teve como consequência imediata a diminuição das receitas com a venda dos lotes da zona industrial, o que inviabilizou a concretização da previsão efetuada, aquando da elaboração do orçamento municipal.

### 3.3 - Orçamento da despesa



A despesa orçamental divide-se em dois grandes grupos, a despesa corrente e a despesa de capital.

Nas despesas correntes têm enquadramento as despesas efetuadas de forma permanente para o normal funcionamento da autarquia. Convém referir que as despesas correntes estão diretamente relacionadas com os bens e serviços públicos prestados pelo município à comunidade.

As despesas de capital, onde se enquadram as despesas de natureza não permanente, espelham, essencialmente, as escolhas municipais ao nível estratégico, que se refletem através dos investimentos efetuados.

A execução orçamental traduz os fluxos monetários associados aos custos incorridos no ano e aos investimentos executados.

O quadro nº 5 permite efetuar uma análise da execução orçamental verificada em 2015, ao nível dos grandes agrupamentos de despesa.

**Quadro nº 5**  
**Estrutura e execução da despesa**

CAPÍTULOS	DESPESA ORÇADA	%	DESPESA PAGA	%	DESVIO	TAXA EXECUÇÃO %
<b>Despesas correntes</b>	<b>10.214.660,00</b>	<b>55,71</b>	<b>9.269.902,00</b>	<b>62,22</b>	<b>-944.758,00</b>	<b>90,75</b>
01-Despesas pessoal	4.718.988,00	46,20	4.590.189,38	49,52	-128.798,62	97,27
02-Aquis. bens/serviços	4.363.128,09	42,71	3.737.713,57	40,32	-625.414,52	85,67
04-Transf. correntes	1.084.942,91	10,62	927.256,41	10,00	-157.686,50	85,47
06-Out. desp. correntes	47.601,00	0,47	14.742,64	0,16	-32.858,36	30,97
<b>Despesas de capital</b>	<b>8.121.703,00</b>	<b>44,29</b>	<b>5.629.113,05</b>	<b>37,78</b>	<b>-2.492.589,95</b>	<b>69,31</b>
07-Aquis. bens capital	6.859.136,00	84,46	4.516.283,70	80,23	-2.342.852,30	65,84
08-Transf. de capital	1.117.733,00	13,76	968.044,55	17,20	-149.688,45	86,61
09-Ativos financeiros	92.833,00	1,14	92.829,00	1,65	-4,00	99,99
11-Out. desp. capital	52.001,00	0,64	51.955,80	0,92	-45,20	99,91
<b>TOTAL</b>	<b>18.336.363,00</b>	<b>100</b>	<b>14.899.015,05</b>	<b>100</b>	<b>-3.437.347,95</b>	<b>81,25</b>

Da análise do quadro acima apresentado conclui-se, desde logo, que a execução orçamental da despesa se fixou no montante global de cerca de 14.899.015 euros, ao qual corresponde uma taxa de execução de 81,25%.

Uma análise mais detalhada ao nível corrente e de capital será efetuada nos capítulos a seguir apresentados.

### 3.3.1 - Despesas correntes

As despesas correntes atingiram um nível de execução de 90,75%, o que corresponde a um total pago de 9.269.902 euros. Este agrupamento de despesa representa cerca de 62% das despesas totais.

O agrupamento das despesas com o pessoal reflete todas as espécies de remunerações principais e de abonos acessórios, bem como as despesas que o município, enquanto entidade patronal, suporta com o esquema de segurança social dos seus trabalhadores. No exercício de 2015 estas despesas

apresentam um peso de 49,52% no total das despesas correntes e de 30,81% quando comparadas com a estrutura global de despesas pagas pelo Município.

Ainda no âmbito das despesas correntes, de destacar o agrupamento 02 Aquisição de bens e serviços, onde se incluem, de um modo geral, as despesas quer com a aquisição de bens de consumo (duráveis ou não) a que não possa reconhecer-se a natureza de despesas de capital, quer com a aquisição de serviços.

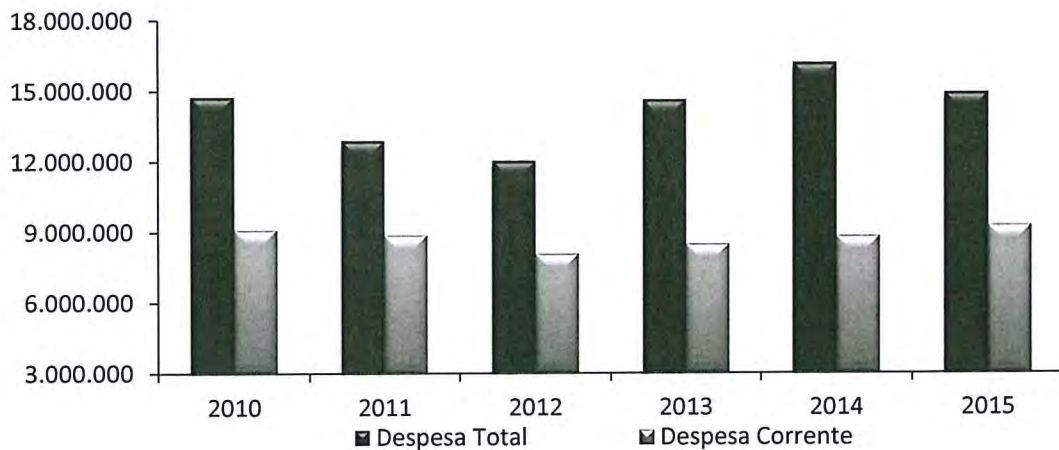
Com um peso de cerca de 40% no total das despesas correntes a que corresponde um valor de despesa paga de cerca de 3,7 milhões de euros, devem destacar-se, na leitura dos valores deste agrupamento os seguintes itens de despesas:

- ✓ Encargos de instalações, que inclui gastos com energia elétrica e gás: 1.049.699,21 euros;
- ✓ Aquisição de água, à empresa Águas do Centro Litoral, SA, para abastecimento público: 384.799,12 euros;
- ✓ Programa de expansão e desenvolvimento no ensino pré-escolar e 1º ciclo: 288.235,95 euros;
- ✓ Transportes escolares: 254.914,23 euros;
- ✓ Deposição e tratamento de resíduos sólidos urbanos (ERSUC): 205.527,58 euros.

O agrupamento transferências correntes, com cerca de 927 mil euros de despesa paga, reflete as importâncias entregues a organismos ou entidades para financiamento de despesas correntes, sem que tal implique, por parte da entidade recebedora, qualquer contraprestação direta para o município, como é o caso das transferências efetuadas para as freguesias, para as associações culturais e recreativas e para as associações desportivas.

No gráfico a seguir apresentado, pode ser analisada a evolução da despesa corrente nos últimos exercícios económicos e ainda a sua proporcionalidade em relação às despesas totais efetuadas pelo município.

**Gráfico nº2**  
**Evolução despesa corrente**



### 3.3.2 - Despesas de capital

As despesas de capital, com um peso de cerca de 38% no total das despesas pagas, totalizaram, no ano de 2015, o montante de cerca de 5.629.113 euros, o que se traduz numa taxa de execução de 69,31%.

De destacar o agrupamento 07 - Aquisição de bens de capital, que abrange as despesas com a aquisição (e também com as grandes reparações) de bens que contribuam para a formação de “capital fixo”, isto é, os bens duradouros utilizados, pelo menos, durante um ano, a aquisição de terrenos e a construção de edifícios e infraestruturas.

Com uma taxa de execução de cerca de 66% e um volume de despesa paga de mais de 4,5 milhões de euros, este agrupamento de despesa reflete o investimento do município em grandes projetos, tais como o centro escolar de Mealhada, o centro escolar do Luso, o pavilhão municipal de Ventosa do Bairro, a requalificação urbana da zona central da Mealhada, a remodelação do sistema de abastecimento de água à Mealhada e a aquisição de terrenos para o mercado municipal de Mealhada.

As transferências de capital, que se revestem de características idênticas às já apontadas para as transferências correntes, com a diferença de se

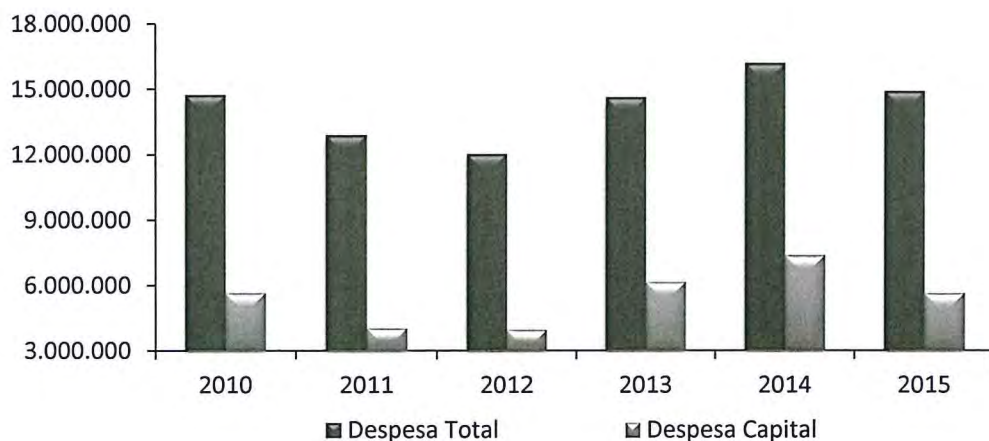


destinarem a financiar despesas de capital das entidades recebedoras, fecharam o ano em análise com uma taxa de execução de 86,61%, a que corresponde um valor de 968.044 euros. Na sua globalidade verifica-se que tal valor foi transferido no quadro do relacionamento institucional com as freguesias, com montantes transferidos de 438.000 euros, bem como no quadro de apoio às instituições sem fins lucrativos, cujos valores atingiram os 530.044 euros.

De salientar ainda que no exercício de 2015, o município de Mealhada iniciou a realização do capital do fundo de apoio municipal (FAM), regulamentado através da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, que aprovou o regime jurídico da recuperação financeira municipal. Essa realização, no montante total de 92.829 euros, encontra-se refletida no agrupamento de despesa ativos financeiros.

No gráfico infra pode ser analisada a evolução da despesa de capital nos últimos exercícios económicos e ainda a sua proporcionalidade relativamente às despesas totais efetuadas pelo município.

**Gráfico nº3**  
**Evolução despesa capital**



### 3.3.3 - Equilíbrio orçamental

O ponto 3.1.1 do POCAL consagra um conjunto de princípios orçamentais que deverão ser seguidos na elaboração e execução do orçamento, dos quais se destaca o princípio do equilíbrio orçamental, que estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas e ainda que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes.

No orçamento inicial da autarquia estava inscrita uma poupança corrente de 2.370.782 euros, resultado da diferença entre a receita corrente orçada e a despesa corrente orçada, de acordo com os dados apresentados no quadro abaixo apresentado.

A mesma análise efetuada tendo por base a execução do orçamento, permite aferir de um valor de cerca de 2.648.819 euros em poupança corrente executada, superior em cerca de 300 mil euros relativamente ao previsto. Este *superavit* corrente permitiu financiar cerca de 47% das despesas de capital.

O nível de poupança alcançado demonstra uma gestão rigorosa e criteriosa dos recursos que o município tem ao seu dispor, salvaguardando assim o bem-estar e interesse comum da população.

**Gráfico nº4**  
**Poupança corrente**



DESIGNAÇÃO	ORÇADA	EXECUTADA
Receita Corrente	11.369.449,00	11.918.721,48
Despesa Corrente	8.998.667,00	9.269.902,00
<b>Poupança</b>	<b>2.370.782,00</b>	<b>2.648.819,48</b>

**3.3.4 - Encargos assumidos e não pagos****Quadro nº 6**  
**Posição da despesa**

DESIGNAÇÃO	ORÇADA	FATURADA	PAGA	DÍVIDA	TAXA REALIZAÇÃO
Despesas correntes	10.214.660,00	9.269.902,00	9.269.902,00	0,00	100%
Despesas capital	8.121.703,00	5.629.113,05	5.629.113,05	0,00	100%
Total	18.336.363,00	14.899.015,05	14.899.015,05	0,00	100%

Da análise do quadro n.º 6, salienta-se o facto de que os gastos incorridos e efetivamente pagos no ano de 2015 corresponderam ao montante faturado no ano, a que corresponde uma taxa de realização da despesa de 100%, situação que ocorre neste município há vários anos sucessivos.

### 3.3.5 - Lei dos compromissos e pagamentos em atraso

De acordo com o disposto no n.º1 do artigo 5º da Lei nº8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual, que estabelece as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, não podem ser assumidos compromissos que excedam os fundos disponíveis.

Com a presente lei, o foco de controlo da despesa deixou de ser colocado no pagamento, passando a ser anterior a este, ou seja, no momento da assunção do compromisso. Nestes termos, surge um novo conceito, o de fundos disponíveis, que tal como define o artigo 3º da referida lei, correspondem a verbas disponíveis a muito curto prazo (90 dias) e que não se encontram comprometidas ou gastas.

Ao longo do ano de 2015, o município de Mealhada efetuou o cálculo mensal dos fundos disponíveis, sendo o respetivo valor sempre superior ao dos compromissos assumidos.

No que respeita ao cumprimento das disposições legais relativas aos pagamentos em atraso, definidos na alínea e) do artigo 3.º, da referida lei, como *as contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes*, também este foi atendido pelo município, uma vez que durante o exercício económico não se verificou a existência de dívidas por pagar vencidas há mais de 90 dias.

# LIMITES LEGAIS

M  
A  
M  
GA

Dee  
Clem

## 4 - ENDIVIDAMENTO

### 4.1 - Limite da dívida total

De acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 52º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, *a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades relevantes para efeitos do seu apuramento, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.*

Nestes termos, foi calculado o limite da dívida total para o município de Mealhada, para o ano 2015:

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA 2012	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA 2013	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA 2014	MÉDIA (2012 a 2014)	LIMITE (2015) = 1,5 * MÉDIA (2012 a 2014)
10.633.545,86	13.073.185,88	11.113.508,74	11.606.746,83	17.410.120,24

### 4.2 - Apuramento da dívida total

Estabelece ainda o n.º 2 do artigo 52º da citada lei que, *a dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.*

Para efeitos de apuramento do montante da dívida total relevante para o limite de cada município, são ainda incluídas, tal como já referido no ponto anterior, as dívidas de diversas entidades, de forma proporcional à participação do município nestas, tal como refere o artigo 54º do mesmo diploma, nomeadamente, a dos serviços municipalizados e intermunicipalizados, a das entidades intermunicipais e entidades associativas

municipais, a das empresas locais e participadas e a das cooperativas e fundações. Refira-se que, relativamente às empresas locais e participadas, a sua dívida só relevará em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas.

No caso particular do município de Mealhada, não existe qualquer dívida decorrente de operações orçamentais, no final do exercício económico em análise.

No que respeita às entidades a relevar para efeitos de apuramento do montante da dívida total, as respetivas contribuições para a dívida bruta municipal são:

DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE	CONTRIBUIÇÃO PARA A DÍVIDA BRUTA MUNICIPAL
Associação Nacional de Municípios Portugueses	290,81
AMPV - Associação de Municípios Portugueses do Vinho	323,27
Comunidade Intermunicipal da Região Coimbra	2.382,13
WRC, SA	165,03
<b>VALOR A CONSIDERAR PARA EFEITOS DE APURAMENTO DA DÍVIDA TOTAL DO MUNICÍPIO DE MEALHADA</b>	<b>3.161,24</b>

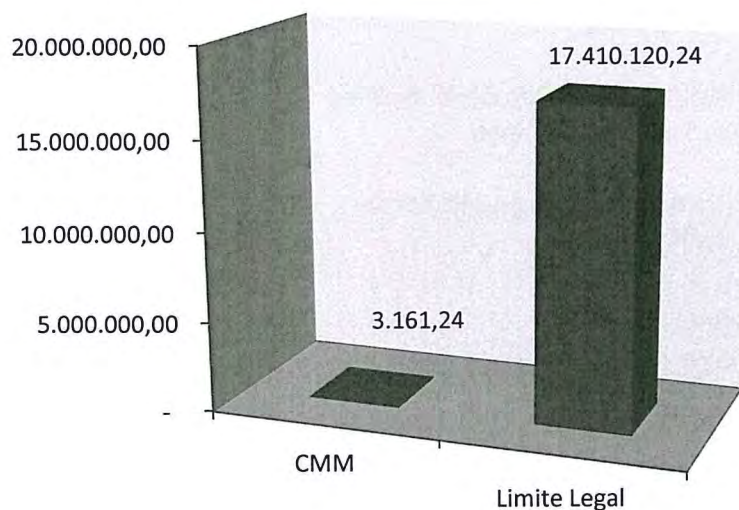
Ainda que o artigo 54º da referida lei, menciona as fundações como entidade relevante para efeito de limites da dívida total, este município considera não existir uma participação, direta ou indireta, na Fundação Mata do Bussaco, razão pela qual não a considera como entidade relevante.

O montante da dívida total, no final do exercício económico, relevante para o limite e considerando as entidades que por imposição legal contribuem para o seu apuramento, fixou-se em 3.161,24 euros.

Atendendo a que o limite da dívida para o ano de 2015 corresponde a 17.410.120 euros, e o valor da dívida total no final do exercício económico, foi de 3.161,24 euros, verifica-se que o município de Mealhada cumpriu com rigor o regime de endividamento municipal, encontrando-se muito aquém do limite estipulado por lei.

Pela obrigatoriedade legal de inclusão, no cálculo da dívida total do município, dos valores da dívida das entidades relevantes acima mencionadas, consideraram-se, no respetivo apuramento, os dados disponibilizados por aquelas entidades, à data de elaboração do presente relatório. Saliente-se, porém, que, em alguns casos, aqueles dados não são ainda definitivos por não terem ocorrido, naquelas entidades, as assembleias de aprovação de contas.

**Gráfico nº5**  
**Situação face aos limites**



### 4.3 - Margem de endividamento municipal

Estipula ainda o n.º 3 do artigo 52º do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, que sempre que um município cumpra o limite da dívida total, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios.



LIMITE DA DÍVIDA TOTAL (1)	DÍVIDA TOTAL (2)	MARGEM (3)=(1)-(2)	VALOR PARA NOVAS SITUAÇÕES DE ENDIVIDAMENTO (4)=(3)x20%
17.410.120,24	3.161,24	17.406.959,00	3.481.391,80

O quadro supra apresenta o cálculo da margem de endividamento municipal para novas situações de endividamento que possam vir a ocorrer durante o exercício de 2016.

Saliente-se ainda que, e porque o município de Mealhada terminou o exercício sem qualquer dívida decorrente de operações orçamentais, em 2015, o montante disponível para novas situações de endividamento não foi ultrapassado.

*[Handwritten signatures in blue ink]*

# **ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA**

## 5 - ANÁLISE ECONÓMICO - FINANCEIRA

A leitura congregada da informação apresentada no presente capítulo com a constante nas demonstrações financeiras e nas notas anexas ao balanço e à demonstração de resultados, permite a avaliação da situação patrimonial e financeira do município de Mealhada, à data de 31 de dezembro de 2015.

### 5.1 - Balanço

A importância do balanço na análise circunstanciada da situação patrimonial é oriunda da sua própria composição. Ao apresentar os bens e direitos, os fundos próprios e as obrigações, este documento constitui uma ferramenta crucial na apreciação financeira do município.

BALANÇO			
<b>Imobilizado</b>		<b>Fundos Próprios</b>	
Bens de domínio público	33.638.366,04	Património	32.898.965,42
Imobilizações incorpóreas	232.290,51	Reservas	5.340.519,98
Imobilizações corpóreas	32.342.569,77	Resultados transitados	26.978.187,22
Investimentos financeiros	2.962.539,09	Resultado líquido do exercício	-949.595,61
<b>Circulante</b>		<b>Passivo</b>	
Existências	157.643,38	Provisões para riscos e encargos	680.885,15
Dívidas de terceiros - curto prazo	3.032.314,79	Dívidas a terceiros - M/L prazo	464.141,94
Depósitos em inst. financ. e caixa	4.942.332,35	Dívidas a terceiros - curto prazo	731.164,12
Acréscimos e diferimentos	665.908,31	Acréscimos e diferimentos	11.829.695,52
<b>Total do Ativo</b>	<b>77.973.964,24</b>	<b>Total dos F. Próprios + Passivo</b>	<b>77.973.964,24</b>




Uma leitura sucinta deste documento evidencia o valor expressivo do imobilizado no ativo municipal, que representa cerca de 89% daquele. Esta massa patrimonial é composta essencialmente por bens de domínio público e por imobilizações corpóreas, que, no seu conjunto, o representam em cerca de 95%.

O confronto das rubricas de natureza circulante, integrantes do ativo e do passivo, em concreto do valor das disponibilidades com o valor do passivo de curto prazo, demonstra com clareza o elevado grau de liquidez imediata que a autarquia apresenta (6,76) e a sua capacidade para fazer face às responsabilidades de curto prazo.

O valor registado no agregado dívidas a terceiros, que no período homólogo se referia apenas a operações de tesouraria e a valores a entregar ao estado e outros entes públicos, considera também, no exercício em análise, o valor correspondente à comparticipação do município, para o FAM - Fundo de Apoio Municipal, regulamentado pela Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, que aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal.

O diminuto nível de dívida continua a evidenciar o rigor no controlo e na gestão financeira municipal e a cativar a participação da concorrência de mercado, promovendo consequentemente a obtenção de poupanças efetivas na realização de despesa.

O quadro infra apresenta a evolução estrutural das massas patrimoniais do balanço, face ao mesmo período do ano anterior, permitindo assim uma evidência clara das variações ocorridas nas diferentes rubricas que o constituem.

**Quadro nº 7**

**Estrutura e evolução patrimonial da autarquia**

DESCRIÇÃO	BALANÇO 2014	PESO	BALANÇO 2015	PESO	VARIAÇÃO	%
Imobilizado	68.094.629,79	87,86	69.175.765,41	88,72	1.081.135,62	1,59
Existências	161.291,90	0,21	157.643,38	0,20	-3.648,52	-2,26
Dívidas de terceiros	3.855.145,96	4,97	3.032.314,79	3,89	-822.831,17	-21,34
Disponibilidades	4.833.998,53	6,24	4.942.332,35	6,34	108.333,82	2,24
Acréscimos e diferimentos	559.940,08	0,72	665.908,31	0,85	105.968,23	18,92
<b>Ativo</b>	<b>77.505.006,26</b>	<b>100,00</b>	<b>77.973.964,24</b>	<b>100,00</b>	<b>468.957,98</b>	<b>0,61</b>
Património	32.898.965,42	50,62	32.898.965,42	51,19	0,00	0,00
Reservas	5.340.519,98	8,22	5.340.519,98	8,31	0,00	0,00
Resultados	26.752.366,46	41,16	26.028.591,61	40,50	-723.774,85	-2,71
<b>Fundos Próprios</b>	<b>64.991.851,86</b>	<b>100,00</b>	<b>64.268.077,01</b>	<b>100,00</b>	<b>-723.774,85</b>	<b>-1,11</b>
Provisões	488.934,10	3,91	680.885,15	4,97	191.951,05	39,26
Dívidas a 3ºs m/l prazo	0,00	0,00	464.141,94	3,39	464.141,94	-
Dívidas a 3ºs c/ prazo	685.776,95	5,48	731.164,62	5,33	45.387,67	6,62
Acréscimos e diferimentos	11.338.443,35	90,61	11.829.695,52	86,31	491.252,17	4,33
<b>Passivo</b>	<b>12.513.154,40</b>	<b>100,00</b>	<b>13.705.887,23</b>	<b>100,00</b>	<b>1.192.732,83</b>	<b>9,53</b>

### 5.1.1 - Estrutura do ativo

#### 5.1.1.1 - Ativo imobilizado

O imobilizado apresenta uma variação pouca significativa face ao valor registado no final do ano anterior, que resulta do efeito conjugado das modificações sucedidas nas diferentes rubricas que o compõem, destacando-se essencialmente as alterações ocorridas nas imobilizações em curso de bens de domínio público, nas imobilizações corpóreas e nos investimentos financeiros.

Nos bens de domínio público ressalta a diminuição de cerca de 2,5 milhões de euros, ocorrida na rubrica imobilizações em curso, resultante da conclusão de

várias obras que se encontravam a decorrer, e da correspondente transferência para as contas de imobilizado respetivas.

As imobilizações corpóreas apresentam uma variação positiva de cerca de 2,9 milhões de euros, resultante, essencialmente, do acréscimo ocorrido na rubrica edifícios, decorrente do registo patrimonial de novos bens neste agregado.

O aumento registado, face ao exercício económico anterior, ao nível dos investimentos financeiros, deve-se, basicamente, à contabilização nesta rúbrica, da contribuição do município de Mealhada para o capital do FAM - Fundo de Apoio Municipal, que conforme instruções emanadas pela Direção Geral das Autarquias Locais, consubstancia um ativo e um investimento financeiro. O valor patrimonial aqui registado, 649.799,94 euros, corresponde à comparticipação do município na realização do capital social do FAM - Fundo de Apoio Municipal para o horizonte temporal de sete anos, nos termos do disposto no regime jurídico da recuperação financeira municipal.

No exercício económico em análise ocorreu ainda, na rubrica investimentos financeiros, a transferência de parte do valor contabilizado no exercício de 2014 em adiantamentos por conta de investimentos financeiros, para a conta partes de capital, em consequência da formalização da aquisição de ações resultante da opção de venda da participação no capital social da ERSUC, no âmbito do processo de reprivatização da EGF (Empresa Geral de Fomento, SA). Efetivamente, a contabilização efetuada nas partes de capital ocorreu por um valor inferior ao perspectivado pelo Município, na medida em que, durante o ano de 2015, o Município de Albergaria-a-Velha comunicou a sua decisão de não alienação da sua participação no capital social da ERSUC.

#### **5.1.1.2 - Ativo circulante**

No conjunto das rubricas que integram o ativo circulante - existências, dívidas de terceiros e disponibilidades - que totaliza o montante de cerca de

8.132.291 euros, é claramente expressivo o valor das disponibilidades que representa este agregado em cerca de 61%.

O ativo circulante apresenta uma variação negativa, face ao ano transato, fomentada essencialmente pelas dívidas de terceiros, que registaram uma diminuição no valor de cerca de 822.831 euros, representando um decréscimo de cerca de 21%, comparativamente com o ano anterior.

A diminuição registada no agregado dívidas a receber resulta do efeito conjugado das variações ocorridas nas diferentes rubricas que o compõem. Para este decréscimo contribuiu, especialmente, a redução de cerca de 1,2 milhões de euros, verificada na rubrica devedores de transferências para as autarquias locais, respeitante a recebimentos de verbas de projetos cofinanciados por fundos comunitários.

#### **5.1.1.2 - Acréscimos e diferimentos**

A rubrica acréscimos e diferimentos prossegue o princípio da especialização ou do acréscimo, estipulado no POCAL, que determina que os proveitos e os custos devem ser reconhecidos quando efetivamente obtidos ou incorridos, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

No que concerne aos acréscimos e diferimentos que compõem o ativo, verifica-se uma variação positiva de cerca de 19%, face ao ano anterior, influenciada, fundamentalmente, pelo aumento do valor da rubrica acréscimos de proveitos. Este aumento resulta, essencialmente, da reflexão contabilística do valor da renda da EDP Distribuição - Energia, S.A., referente ao 4º trimestre do ano de 2015, cuja arrecadação apenas ocorreu no exercício económico seguinte ao período em análise.

#### **5.1.2 - Estrutura dos fundos próprios**

Os fundos próprios da autarquia totalizam o montante de 64.268.077 euros e apresentam uma variação negativa de 1,11% face ao ano anterior.

Nos termos dos pontos 2.7.3.1., 2.7.3.2., 2.7.3.3., 2.7.3.4. e 2.7.3.5. do POCAL, os resultados líquidos do exercício serão transferidos, no início de cada exercício, para a conta 59 - Resultados transitados. Sempre que esta conta apresente saldo positivo, o seu montante pode ser utilizado para reforço do património e constituição ou reforço de reservas.

O montante dos resultados transitados apresenta o valor de 26.978.187 euros, incorporando já a transferência do resultado líquido do exercício de 2014, no montante de -373.505,29 euros, conforme o preceituado no POCAL.

### **5.1.3 - Estrutura do passivo**

O passivo da autarquia, que ascende a cerca de 13.705.887 euros, registou, face ao ano antecedente, um acréscimo de 9,53%, efeito do aumento conjugado das dívidas a terceiros e dos acréscimos e diferimentos.

As dívidas a terceiros apresentam o valor total de cerca de 1.195.307 euros. Este montante traduz um acréscimo de cerca de 74% face ao ano anterior, que, tal como já referido no presente documento, se deve, essencialmente, à contribuição do município de Mealhada para o capital do FAM - Fundo de Apoio Municipal, nos termos da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, que aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal.

De acordo com o diploma legal supramencionado:

- *“O capital social do FAM é de (euro) 650 000 000, sendo representado por unidades de participação a subscrever e a realizar pelo Estado, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), e por todos os municípios”;*
- *“Para o capital social do FAM, o Estado contribui com 50 /prct. e o conjunto dos municípios com 50 /prct.”;*
- *“A contribuição de cada município é calculada ponderando o montante total a realizar pelo conjunto dos municípios pelo peso relativo de*



*cada um deles no somatório do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), do Imposto Único de Circulação (IUC) e do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), participação nos impostos do Estado (PIE), de acordo com os valores finais constantes do mapa XIX anexo à Lei do Orçamento do Estado, tendo por base a média dos últimos cinco anos, incluindo o ano em curso, e ponderando também a coleta do imposto municipal sobre imóveis (IMI) no município caso fosse aplicada a taxa média do intervalo previsto no Código do IMI...”*

- *“A realização do capital social do FAM, por parte de cada município e do Estado, é efetuada no prazo máximo de sete anos, em duas prestações anuais, a realizar nos meses de junho e dezembro, com início em 2015”.*

Nestes termos, o valor da contribuição calculado para o município foi de 649.799,94 euros. Conforme nota explicativa emitida pela Direção Geral das Autarquias Locais, este valor foi contabilizado a débito numa conta de imobilizado - investimentos financeiros, por contrapartida, a crédito, da conta de outros credores. Foi ainda repartida a verba, em função do grau de exigibilidade da dívida, sendo considerado como dívida de curto prazo o montante a pagar no ano de 2016 e como dívida de médio e longo prazo o valor a pagar nos anos seguintes.

À medida que o município de Mealhada for concretizando a subscrição do capital, o valor reconhecido como dívida será proporcionalmente reduzido.

Saliente-se, ainda, que o restante valor contabilizado no conjunto das dívidas a terceiros de curto prazo respeita apenas ao valor de impostos e contribuições a pagar ao estado e outros entes públicos (impostos sobre o rendimento, imposto sobre o valor acrescentado e contribuições para regimes de proteção social) e a garantias ou cauções prestadas por fornecedores de imobilizado.

É assim facilmente perceptível que o valor aqui contabilizado não corresponde a dívida efetiva do município, mas antes a valores que estão na sua posse para

posterior entrega a entidades terceiras, no que concerne aos impostos e para fazer face a possíveis incumprimentos de contratos, nomeadamente de empreitadas de obras públicas, no que respeita as garantias ou caucões prestadas.

Pelo exposto, não podemos deixar de ressaltar que o agregado dívidas a terceiros não corresponde a dívida na verdadeira aceção da palavra, ou seja, dívida concretizada pelo Município. Respeita, essencialmente, à contabilização de uma obrigação legal decorrente da implementação de um mecanismo de regularização financeira para municípios que se encontrem em situações de rutura, ainda que o município de Mealhada não esteja naquela situação.

As provisões para riscos e encargos que totalizam o montante de cerca de 680.885 euros registaram uma variação de cerca de 39%.

No exercício em análise, foi aqui contabilizado o reforço da provisão para riscos e encargos, relativa a valores exigidos pela empresa Águas do Mondego, SA, que o Município não considera devidos mas que aqui releva tendo como objetivo único dar uma imagem verdadeira e apropriada da real situação patrimonial, atendendo, assim, ao princípio da prudência.

Na verdade, o município de Mealhada rececionou mais uma fatura daquela empresa, relativa aos caudais mínimos do ano 2014, pelo que, à semelhança do procedimento já adotado para as faturas correspondentes aos anos de 2012 e 2013, provisionou esse valor.

Os valores faturados correspondem a acertos de caudais, resultantes da diferença obtida entre os valores mínimos de consumo, constantes do contrato de concessão, e os efetivamente consumidos, relativamente aos anos de 2012, 2013 e 2014. Não obstante, está estipulado, nas bases daquele contrato, que o Município pode recusar o pagamento daqueles valores mínimos no caso de se verificar o atraso na realização dos investimentos necessários à prestação do serviço no respetivo território, por motivo que seja imputável à concessionária.

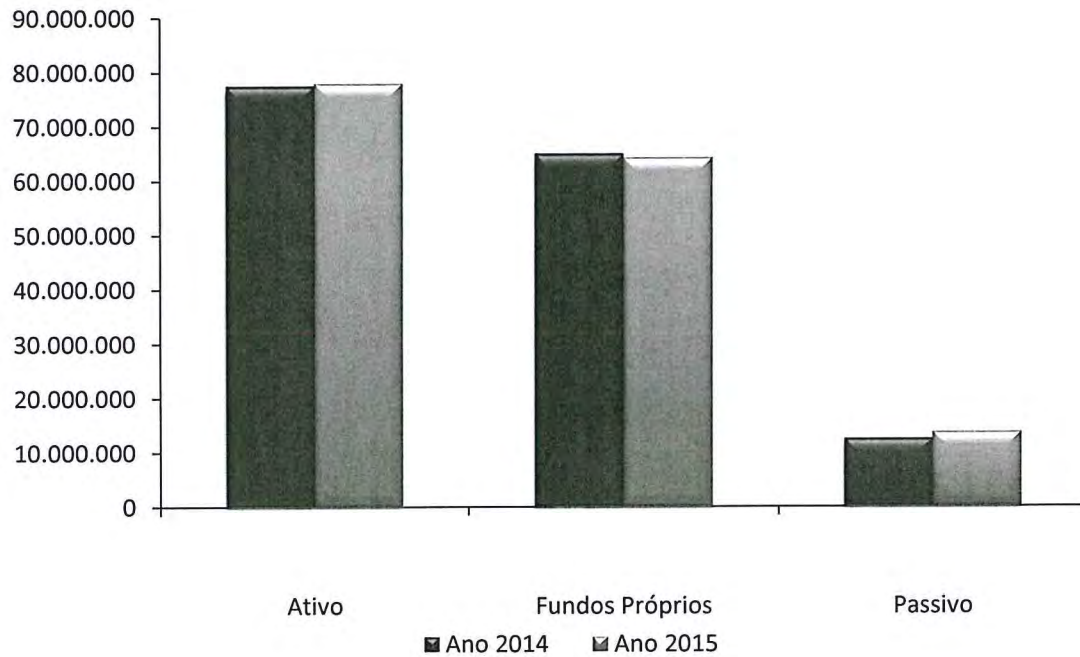
Ora, não foi ainda executada, na área do Município, a totalidade das infraestruturas necessárias a assegurar aquela prestação de serviço. A ligação do ponto de entrega do Carqueijo apresenta pressão inferior à referenciada em projeto, razão que impossibilita que este Município retire diretamente água da conduta, tornando-se necessária a construção de um reservatório com duas células, da responsabilidade da concessionária, a fim de se poder utilizar o referido ponto de entrega.

A rubrica acréscimos e diferimentos, que integra o passivo, subdivide-se em acréscimos de custos e proveitos diferidos, e apresenta uma variação positiva face ao ano anterior.

Os acréscimos de custos, que totalizam o montante de cerca de 904.736 euros, são compostos, maioritariamente (66,17%), por remunerações e encargos sociais a liquidar em 2016, mas cujo custo reporta ao exercício de 2015.

Os proveitos diferidos, que apresentam o valor de cerca de 10.924.960 euros, respeitam a incentivos comunitários, atribuídos a título de subsídio para a realização de investimentos, e ao valor de contratos de promessa de compra e venda referentes à alienação de lotes de terreno da zona industrial Bairrada/Pedrulha.

**Gráfico nº 6**  
**Evolução patrimonial da autarquia**  
**2014/2015**



## 5.2 - Demonstração de resultados

A observação do mapa contabilístico de apuramento dos resultados, do período em análise, permite uma visão económica e financeira da atividade desenvolvida pelo município, evidencia a formação do resultado líquido obtido e possibilita a identificação dos respetivos recursos alocados.

Os quadros seguintes minuciam informação acerca da estrutura de custos e proveitos da autarquia, e propiciam a análise do comportamento destas duas variáveis, através da comparação com o exercício económico anterior.

## Quadro nº 8

## Estrutura e evolução de custos e proveitos da DR

DESCRIÇÃO	2014	PESO	2015	PESO	VARIAÇÃO	%
CMVMC	196.499,31	1,50	202.421,49	1,42	5.922,18	3,01
Fornecimentos e serviços externos	3.459.633,66	26,51	3.632.202,24	25,51	172.568,58	4,99
Custos com pessoal	4.529.149,45	34,71	4.695.527,77	32,97	166.378,32	3,67
Trans. subs. correntes concedidos	584.132,48	4,48	917.814,03	6,44	333.681,55	57,12
Amortizações do exercício	3.149.473,33	24,14	3.383.623,92	23,76	234.150,59	7,43
Provisões do exercício	460.511,35	3,53	247.567,27	1,74	-212.944,08	-46,24
Outros custos e perdas operacionais	93,21	0,00	75,35	0,00	-17,86	-19,16
Custos e perdas financeiros	8.629,81	0,07	123.719,43	0,87	115.089,62	1333,63
Custos e perdas extraordinários	660.618,10	5,06	1.038.202,62	7,29	377.584,52	57,16
<b>Total dos custos</b>	<b>13.048.740,70</b>	<b>100,00</b>	<b>14.241.154,12</b>	<b>100,00</b>	<b>1.192.413,42</b>	<b>9,14</b>
Vendas e prestações de serviços	2.167.267,05	17,10	2.233.913,72	16,80	66.646,67	3,08
Impostos e taxas	2.881.735,83	22,73	3.450.334,57	25,96	568.598,74	19,73
Transferências e subsídios obtidos	6.087.623,58	48,03	6.058.146,36	45,58	-29.477,22	-0,48
Outros prov. e ganhos operacionais	1.257,93	0,01	4.729,16	0,04	3.471,23	275,95
Proveitos e ganhos financeiros	1.050.382,81	8,29	1.054.338,27	7,93	3.955,46	0,38
Proveitos e ganhos extraordinários	486.968,21	3,84	490.096,43	3,69	3.128,22	0,64
<b>Total dos proveitos</b>	<b>12.675.235,41</b>	<b>100,00</b>	<b>13.291.558,51</b>	<b>100,00</b>	<b>616.323,10</b>	<b>4,86</b>

No cômputo geral dos custos e perdas, releva com especial expressividade o conjunto dos custos com pessoal, que representa cerca de 33% do total dos custos, seguindo-se, por ordem de grandeza, os fornecimentos e serviços externos e as amortizações do exercício, que representam, respetivamente, cerca de 26% e 24% do total dos custos do exercício.

Em comparação com o período homólogo, destaca-se o aumento significativo registado nos custos e perdas financeiros, no valor de cerca de 115.090 euros, que resulta, fundamentalmente, da criação de uma provisão para partes de capital, relacionada com a participação do município no capital social da Escola Profissional da Mealhada, Lda.

Ainda no que concerne às variações de índole positivo, destacam-se, com aumentos acima de 50%, as ocorridas nas transferências e subsídios correntes concedidos e nos custos e perdas extraordinários. Ambos os grupos apresentam a mesma tendência evolutiva (acréscimo de cerca de 57%), face ao ano anterior, que resulta do aumento do valor das transferências, correntes e de capital, relativas a subsídios e apoios atribuídos.

No que respeita aos proveitos e ganhos obtidos no ano de 2015, e tal como no ano transato, as rubricas transferências e subsídios obtidos (45,58%), impostos e taxas (25,96%) e vendas e prestações de serviços (16,80%) continuam a evidenciar maior expressividade.

O destaque neste agrupamento centra-se no incremento registado ao nível dos impostos e taxas, que se deve, basicamente, ao aumento do valor arrecadado com o imposto municipal sobre imóveis, que sofreu uma variação de 8% face ao ano de 2014, e ainda ao acréscimo do valor recebido referente ao imposto municipal sobre transmissões onerosas de imóveis, que apresenta um crescimento abrupto face ao ano anterior, de cerca de 144%. Este último resultado retrata a evolução da procura de imóveis por parte do mercado, espelhando o nível de atratividade do município de Mealhada.

Embora sem grande relevância no total dos proveitos e ganhos do ano, salienta-se ainda a variação registada nos outros proveitos e ganhos operacionais, que respeita, apenas, à regularização de existências, referente à entrada em armazém de material recuperado de diversos locais do município, que se encontra em ótimo estado de conservação e apto para utilização futura.

O quadro seguinte apresenta a evolução dos resultados alcançados pelo município de Mealhada, por comparação com o período homólogo.

RESULTADOS	2014	2015
Resultados operacionais (A)	-1.241.608,40	-1.332.108,26
Resultados financeiros (B)	1.041.753,00	930.618,84
Resultados correntes (A) + (B)	-199.855,40	-401.489,42
Resultados extraordinários (C)	-173.649,89	-548.106,19
<b>Resultado líquido do exercício (A) + (B) +(C)</b>	<b>-373.505,29</b>	<b>-949.595,61</b>

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

O resultado operacional apurado, que reflete o saldo entre os proveitos e custos relativos à atividade corrente do município, apresenta o valor negativo de 1.332.108,26 euros.

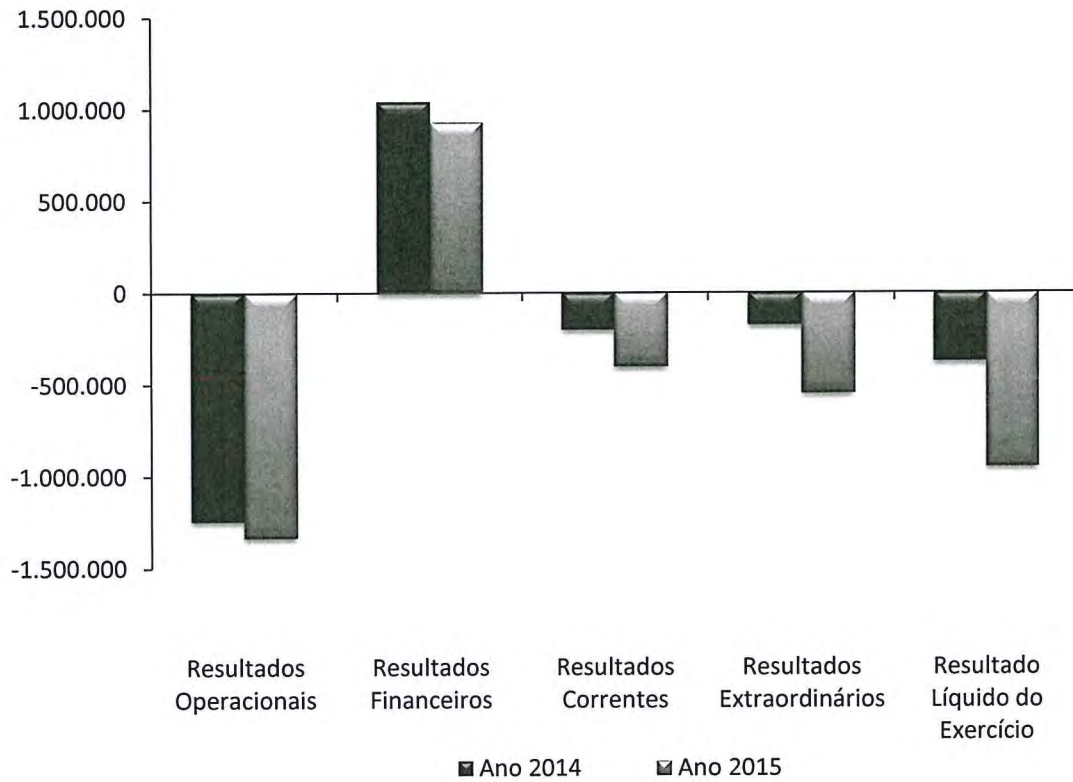
A diminuição evidenciada a nível dos resultados financeiros é justificada pelo acréscimo substancial dos custos e perdas financeiros, que resultou, como já referido no presente relatório, da criação de uma provisão para partes de capital, relacionada com a participação do município no capital social da Escola Profissional da Mealhada, Lda.

No que respeita ao resultado extraordinário, que no exercício de 2015 continua a apresentar um valor negativo, não pode deixar de se referir que no mesmo não estão a ser balanceadas variáveis comparáveis, na medida em que nos custos e perdas extraordinárias estão contabilizadas transferências de capital concedidas, enquanto que os proveitos e ganhos extraordinários não refletem todas as transferências de capital obtidas.

O resultado líquido do exercício, que, neste ano económico se mantém em valores negativos, totalizou o montante de 949.595,61 euros. Este resultado deriva da desproporcionalidade verificada entre o aumento dos custos e perdas e o aumento dos proveitos e ganhos. Efetivamente, enquanto que as transferências concedidas são totalmente refletidas nos custos do exercício, já no que concerne às transferências obtidas, mais concretamente as relativas à comparticipação dos fundos comunitários, e na observância do princípio da especialização dos exercícios, apenas está refletido, na demonstração de resultados, o valor correspondente às amortizações dos bens objeto daquele financiamento.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

**Gráfico n° 7**  
**Evolução resultados**





*[Handwritten marks and signatures]*

# **RÁCIOS ORÇAMENTAIS E FINANCEIROS**

**6 - RÁCIOS ORÇAMENTAIS E FINANCEIROS****6.1 - Rácios orçamentais**

INDICADORES DA DESPESA		2015 %	2014 %
Grau de cobertura global das despesas	$\frac{\text{Receita total}}{\text{Despesa total}} \times 100$	128,92	125,55
Grau de cobertura global das despesas sem recurso a crédito	$\frac{\text{Receita total - passivos financeiros}}{\text{Despesa total}} \times 100$	128,92	125,55
Grau de cobertura da despesa total pelos recursos locais	$\frac{\text{Recursos locais}}{\text{Despesa total}} \times 100$	38,37	32,89
Peso das despesas com pessoal na despesa total	$\frac{\text{Despesas com pessoal}}{\text{Despesa total}} \times 100$	30,81	27,97
Peso dos passivos financeiros na despesa total	$\frac{\text{Passivos financeiros}}{\text{Despesa total}} \times 100$	0,00	0,00
Peso das despesas correntes na despesa total	$\frac{\text{Despesas correntes}}{\text{Despesa total}} \times 100$	62,22	54,47
Peso das despesas de capital na despesa total	$\frac{\text{Despesas capital}}{\text{Despesa total}} \times 100$	37,78	45,53
Peso do investimento na despesa total	$\frac{\text{Investimento}}{\text{Despesa total}} \times 100$	30,31	32,27

INDICADORES DA RECEITA		2015 %	2014 %
Peso dos recursos locais na receita total	$\frac{\text{Recursos locais}}{\text{Receita total}} \times 100$	29,76	26,19
Peso das transferências comunitárias na receita total	$\frac{\text{Transferências comunitárias}}{\text{Receita total}} \times 100$	9,93	5,19
Peso dos impostos diretos na receita total	$\frac{\text{Impostos diretos}}{\text{Receita total}} \times 100$	15,90	13,24
Peso dos impostos indiretos na receita total	$\frac{\text{Impostos indiretos}}{\text{Receita total}} \times 100$	0,58	0,82
Peso das transferências da administração central na receita total	$\frac{\text{Transf. Adm. Central}}{\text{Receita total}} \times 100$	29,42	24,48


**6.2 - Rácios financeiros**

INDICADORES		2015	2014
Liquidez geral	Ativo circulante	11,12	12,91
	Passivo circulante		

Capacidade do município em fazer face às suas responsabilidades de curto prazo.

Liquidez reduzida	Ativo circulante - existências	10,91	12,67
	Passivo circulante		

Idêntico ao anterior, sem o valor das existências.

Liquidez imediata	Disponibilidades	6,76	7,05
	Passivo circulante		

Idêntico à liquidez geral, considerando apenas as disponibilidades.

Solvabilidade total	Fundos próprios	4,69	5,19
	Passivo		

Capacidade do município em satisfazer os compromissos com terceiros.

Autonomia financeira	Fundos próprios	0,82	0,84
	Ativo		

Independência do município face a capitais alheios.

**NOTAS AO BALANÇO E À  
DEMONSTRAÇÃO DE  
RESULTADOS**

*[Handwritten signatures in blue ink]*

## **8 - ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **Introdução**

As notas ao balanço e à demonstração de resultados integram os documentos de prestação de contas exigidos no ponto 2.4 do POCAL e na Resolução n.º4/2001 do Tribunal de Contas. Fazem parte das demonstrações financeiras e visam facultar informação para uma adequada compreensão das situações expressas no balanço e na demonstração de resultados.

Estas notas têm como referência a numeração definida no ponto 8 do POCAL, omitindo-se todos os pontos aí definidos que não são aplicáveis.

A informação financeira constante nas demonstrações apresentadas, foi preparada em consonância com os princípios contabilísticos definidos no ponto 3.2 do POCAL, nomeadamente segundo os princípios da consistência, da especialização (ou do acréscimo), do custo histórico, da prudência, da materialidade e da não compensação.

### ***8.1 - Caracterização da entidade***

Para complemento da informação sobre o município, anexa-se o mapa **Caracterização da entidade**.

### ***8.2 - Notas ao balanço e à demonstração de resultados***

#### ***8.2.3 - Critérios valorimétricos aplicados***

##### **Imobilizado**

- a) O imobilizado é valorizado pelo custo de aquisição ou de produção;
- b) O imobilizado em curso está valorizado de acordo com o grau de execução financeira das obras e trabalhos específicos.

Os autos de receção provisória de 2015 foram regularizados através da transferência dos seus valores para as respetivas contas de imobilizações corpóreas; do imobilizado em curso constam

infraestruturas que já se encontram em funcionamento, no montante de 12.392.291 euros, mas por aguardarem o seu registo na conservatória, não foram ainda transitadas para imobilizado definitivo e conseqüentemente não estão a ser praticadas as respetivas amortizações.

### Existências

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao custo de aquisição, que compreende todas as despesas acessórias relativas à compra. Como método de valorização das saídas de armazém é utilizado o custo médio ponderado.

### Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros, são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.

### Disponibilidades

As disponibilidades em caixa e os depósitos em instituições financeiras exprimem os montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

### Amortizações

As amortizações foram calculadas através do método das quotas constantes, sendo aplicadas as taxas de amortização definidas no CIBE - Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, aprovado pela Portaria nº 671/2000, de 17 de Abril.

### Provisões

- a) As provisões para cobrança duvidosa correspondem aos montantes anuais em dívida de terceiros, que se encontram em mora e cujo risco de cobrança está devidamente justificado por se tratar de processos de execução fiscal e de processos judiciais.

Correspondem ainda às dívidas de terceiros não respeitantes a execuções fiscais, que se encontram em mora há mais de seis meses e

cujas incobráveis se encontram devidamente justificadas. Estas provisões são referentes a 50% do valor das dívidas em mora entre 6 e 12 meses e a 100% do valor das dívidas em mora há mais de 1 ano.

- b) As provisões para riscos e encargos representam o montante da indenização ou encargo, que o município prevê suportar, relativamente aos processos judiciais em curso e outros riscos;
- c) As provisões para investimentos financeiros registam as diferenças entre o custo de aquisição das participações financeiras do município e o correspondente valor nos capitais próprios das entidades participadas.

### **8.2.7 / 8.2.8 - Movimentos ocorridos e desagregação das rubricas do ativo imobilizado e respetivas amortizações e provisões**

O mapa **ativo bruto**, que se encontra em anexo, resume os movimentos ocorridos durante o exercício nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço. Este mapa reflete as aquisições do exercício, as transferências de imobilizações em curso para as respetivas contas de imobilizado e os abates decorrentes da verificação física periódica dos bens móveis.

Saliente-se que os valores constantes do ativo imobilizado continuam aquém dos valores reais, uma vez que, conforme será explicitado na nota 8.2.14, alguns bens, propriedade do município, não foram ainda objeto de inventariação, pelo que o balanço não reflete os respetivos valores.

O mapa das **amortizações e provisões** é o que consta em anexo.

### **8.2.14 - Bens do imobilizado que não foi possível valorizar**

A inventariação de todos os bens móveis, imóveis e veículos deste município foi efetuada pelos próprios serviços municipais.

Considerando que, de acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, os bens constitutivos do património do município são apenas



aqueles que estejam registados na competente conservatória, à data de elaboração do presente relatório e contas, encontram-se por inventariar um conjunto de bens relativamente aos quais não foi ainda possível dar cumprimento aos requisitos necessários à regularização da sua titularidade, nomeadamente ao seu registo predial.

Apresenta-se de seguida, a lista dos bens que, por impossibilidade de registo, não foi possível valorizar, bem como a respetiva justificação e avaliação global.

- ▶ **Pavilhão gimnodesportivo, piscina, cafetaria varanda do lago e campos de ténis em Luso;**
  
- ▶ **Piscina municipal, pavilhão gimnodesportivo, escola profissional Vasconcellos Lebre em Mealhada;**

A impossibilidade de registo deve-se à falta de operação de loteamento para o local, como possível solução para individualização jurídica dos prédios onde se encontram implantados os referidos edifícios.

**Avaliação global: 7.919.804,94 euros**

### ***8.2.15 - Bens de domínio público que não são objeto de amortização***

Em conformidade com o estipulado no POCAL e nas tabelas da Portaria nº 671/2000, de 17 de Abril, que regulamenta o CIBE, os bens do domínio público que não estão sujeitos a amortização, são os terrenos e recursos naturais. Estes bens encontram-se classificados na conta patrimonial 451 - Terrenos e recursos naturais e não foram objeto de amortização.

## 8.2.16 - Entidades participadas societárias e não societárias

DENOMINAÇÃO	SEDE	PARCELA DETIDA	CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO	ANO DO EXERCÍCIO ECONÓMICO
ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro, SA	Coimbra	8,34%	61.941.944	2.010.199	2015
Escola Profissional da Mealhada, Lda	Mealhada	44,10%	320.135,06	1.590,50	2015
WRC, SA	Curia	0,36%	561.132,06	-131.711,07	2015
Agência de Desenvolvimento Regional - COIMBRAVITA *	Coimbra	1,11%			
Águas do Centro Litoral, SA	Coimbra	0,52%	86.805.945,70	3.813.844,98	2015
Associação Coimbra Região Digital **	Coimbra	6,06%	-265.111,71	-179.187,03	2011
Associação Nacional Municípios Portugueses	Coimbra	---	1.965.144,17	111.658,90	2015
Centro serviços Ambiente - CESAB	Mealhada	---	986.313,87	-37.634,32	2015
Associação Beira Atlântico Parque**	Cantanhede	---	2.505.493,51	114.331,68	2015
Associação Municípios Portugueses do Vinho (b)	Cartaxo	---	73.096,63	72.875,53	2015
Associação Willuso**	Mealhada	---	(a)	(a)	2014
Associação Maravilhas da Mealhada**	Mealhada	---	11.505,07	-1.277,20	2014
Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra**	Coimbra	---	1.433.327,34	49.906,95	2014
Instituto de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico em Ciências da Construção - IteCons	Coimbra	1,11%	7.511.707,73	11.315,35	2015
AREAC - Agência Regional de Energia e Ambiente do Centro	Miranda do Corvo	---	30.053,91	-11.746,64	2015

\*À data da elaboração destas notas ao balanço, não foram disponibilizados os elementos necessários ao seu correto preenchimento

\*\*À data da elaboração destas notas ao balanço, não foram disponibilizados os elementos necessários ao correto preenchimento relativo ao exercício 2015

(a) Entidade sem contabilidade organizada

(b) POCAL-Regime simplificado

**8.2.22 - Dívidas de cobrança duvidosa**

CONTA	DESCRIÇÃO	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa				
2181	Cobranças em atraso	118.155,56	55.761,72	5.383,62	168.533,66
2182	Cobranças em litígio	47.101,56	0,00	0,00	47.101,56
<b>Total</b>		<b>165.257,12</b>	<b>55.761,72</b>	<b>5.383,62</b>	<b>215.635,22</b>

**8.2.26 - Contas de ordem**

As garantias e caucões prestadas e recibos para cobrança do exercício de 2015 constam do mapa em anexo.

**8.2.27 - Provisões acumuladas**

CONTA	DESCRIÇÃO	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
19	Provisões para aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291	Provisões para cobranças duvidosas	153.982,52	55.616,22	5.377,47	204.221,27
292	Provisões para riscos e encargos	488.934,10	191.951,05	0,00	680.885,15
39	Provisões para depreciação de existências	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Provisões para investimentos financeiros	34.919,67	115.016,96	0,00	149.936,63
<b>Total</b>		<b>677.836,29</b>	<b>362.584,23</b>	<b>5.377,47</b>	<b>1.035.043,05</b>

Do quadro acima apresentado destaca-se o aumento verificado na conta 292, originado pela constituição de uma provisão para riscos e encargos, relativa a valores exigidos pela empresa Águas do Mondego, SA, conforme já referido neste relatório.

**8.2.28 - Fundo patrimonial**

CONTAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
51 - Património	32.898.965,42	0,00	0,00	32.898.965,42
571 - Reservas Legais	1.495.606,77	0,00	0,00	1.495.606,77
575 - Subsídios	404.646,47	0,00	0,00	404.646,47
576 - Doações	2.519.975,32	0,00	0,00	2.519.975,32
577 - Reservas Transf. Ativos	920.291,42	0,00	0,00	920.291,42
59 - Resultados Transitados	27.125.871,75	234.677,80	382.362,33	26.978.187,22

**Património**

A conta 51 - Património regista os fundos relativos à constituição da entidade, bem como as alterações subsequentes que venham a ser formalmente autorizadas. No exercício de 2015 não se verificou qualquer alteração.

**Reservas**

No balanço, este agregado encontra-se subdividido da seguinte forma:

**571 - Reservas legais** - No exercício de 2015, não se verificou qualquer alteração, uma vez que não foi constituída reserva.

**575/576/577 - Subsídios/Doações/Reservas decorrentes de transferência de ativos** - No exercício de 2015, não se verificou qualquer alteração.

**Resultados transitados**

Ao nível dos resultados transitados, verificou-se uma variação negativa de cerca de 147.685 euros.

Os aumentos registados resultaram das seguintes situações:

- a) Regularização relativa à contabilização de proveitos, referentes a projetos cofinanciados, cujos custos associados ocorreram em exercícios anteriores (15.640,30).
- b) Reconhecimento de proveitos de anos anteriores, respeitantes à deliberação de revisão e liquidação adicional de taxas de ocupação do subsolo municipal por condutas adutoras da Sociedade da Água do Luso, SA, relativas aos anos de 2012 a 2014 (219.037,50).



Os movimentos que originaram diminuições foram os seguintes:

- a) Transição do resultado líquido do exercício de 2014 (373.505,29)
- b) Correção dos proveitos reconhecidos em exercícios anteriores, referente às verbas aprovadas pelo QREN (8.857,04).

### ***8.2.29 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas***

A demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas consta do mapa em anexo.

### ***8.2.31 - Demonstração dos resultados financeiros***

Os custos e perdas, proveitos e ganhos financeiros ocorridos no exercício de 2015 constam do mapa em anexo.

### ***8.2.32 - Demonstração dos resultados extraordinários***

Os custos e perdas, proveitos e ganhos extraordinários ocorridos no exercício de 2015 constam do mapa em anexo.

*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

# RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

## 9 - RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Nos termos dos pontos 2.7.3.2, 2.7.3.3 e 2.7.3.4. do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), os resultados líquidos do exercício são transferidos, no início de cada exercício, para a conta 59 - Resultados transitados, e quando houver saldo positivo nesta conta, o seu montante deverá ser repartido até que a conta 51 - Património corresponda a 20% do ativo líquido.

Dado que o resultado líquido do exercício de 2015 tem valor negativo de 949.595,61 euros, propõe-se que este se mantenha na conta 59 - Resultados transitados.



*Handwritten signatures and initials in blue ink at the top right of the page.*

<b>CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE</b>	<b>8.1</b>
-----------------------------------	------------

1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE: Câmara Municipal de Mealhada	8.1.1
---	-------

1.1 ENDEREÇO POSTAL: 3054-001 MEALHADA	
Telefone: 231200980	Telefax: 231203618
N.º DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL: 506792382	

1.2 NÚMERO DE ELEITORES	
Município	Até 10 000 _____ <input type="checkbox"/> Mais de 10 000 e menos de 40 000 _____ <input checked="" type="checkbox"/> Igual ou superior a 40 000 _____ <input type="checkbox"/>
FONTE: Censos 2011	

2 LEGISLAÇÃO	8.1.2
Data de constituição ___ / ___ / _____ publicada no D.R. de <u>06 / 12 / 1836</u>	

3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	8.1.3
3.1 SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS	
A Câmara Municipal tem Serviços Municipalizados? <input type="checkbox"/> S <input checked="" type="checkbox"/> X	
Se respondeu sim, especifique quais e indique os respectivos grupos: _____	

3.2 EMPRESAS MUNICIPAIS	
A Câmara Municipal tem Empresas Municipais? <input type="checkbox"/> S <input checked="" type="checkbox"/> X	
Se respondeu sim, especifique quais e indique os respectivos grupos: _____	

3.3 ORGÃOS	
Tem órgãos de natureza consultiva? <input checked="" type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> N	
Tem órgãos de fiscalização? <input checked="" type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> N	

3.4 ORGANOGRAMA	
Deverá anexar o organograma e diploma que o aprovou	

4 DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ACTIVIDADES	8.1.4
<u>Prosecução de interesses públicos, nomeadamente ao nível da promoção do desenvolvimento social,</u> <u>salubridade pública e do saneamento, da protecção do meio ambiente, da cultura, desporto, educação</u> <u>e do ordenamento do território e urbanismo, etc</u>	

5 RECURSOS HUMANOS	8.1.5
5.1 IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ORGÃO EXECUTIVO	

Presidente <u>Rui Manuel Leal Marqueiro</u>  Vice-Presidente <u>Guilherme José Campos Duarte</u> Vereador <u>José Carlos Calhoa Morais</u> Vereador <u>Arminda de Oliveira Martins</u> Vereador <u>João José Seabra Pereira</u> Vereador <u>Gonçalo Nuno Vigário Santos Louzada</u> Vereador <u>Marlene Isabel Duarte Lopes</u>	Área Financeira, Área Administrativa e Jurídica Cultura Protecção Civil Património Municipal Fundos Comunitários  Pelouro <u>Desporto/Educação</u> <u>Ambiente e Espaços Verdes</u> <u>Ação Social/Obras Municipais</u> <u>Sem Pelouro</u> <u>Sem Pelouro</u> <u>Sem Pelouro</u>
--	--

5.2 NÚMERO DE VEREADORES	
A Tempo Inteiro _____	<input type="checkbox"/> 3
A meio tempo _____	<input type="checkbox"/>
Restantes vereadores _____	<input type="checkbox"/> 3



*J. G. M. de Almeida*

1 - DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DO SISTEMA INFORMATIVO	Sistema de Contabilidade Autárquica - SCA (AIRC)
--	--

2 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERVALARES	<div style="border: 1px solid black; width: 100%; height: 20px; margin-bottom: 5px;"></div>
DOCUMENTADAS	<input type="checkbox"/> S <input checked="" type="checkbox"/> X
PERIODICIDADE	<input type="checkbox"/> TRIMESTRAL <input type="checkbox"/> SEMESTRAL
3 - DESCENTRALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA	<input type="checkbox"/> S <input checked="" type="checkbox"/> X
EM CASO AFIRMATIVO DESCREVA	<div style="border: 1px solid black; width: 100%; height: 20px;"></div>
OUTRAS INFORMAÇÕES	<div style="border: 1px solid black; width: 100%; height: 20px;"></div>

<b>7 OUTRA INFORMAÇÃO</b>	<b>8.1.7</b>
---------------------------	--------------

<b>7.1 REGULAMENTOS INTERNOS E OUTROS DOCUMENTOS INFORMATIVOS</b>
---

	DATA DE APROVAÇÃO		DATA DE ALTERAÇÃO	
	ORGÃO EXECUTIVO	ORGÃO DELIBERATIVO	ORGÃO EXECUTIVO	ORGÃO DELIBERATIVO
INVENTÁRIO	17-04-2003	29-04-2003		
NORMAS CONTROLO INTERNO	08-04-2002			
BALANÇO INICIAL	17-04-2003	29-04-2003	09-04-2009	30-04-2009
NORMAS REGULAMENTARES A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO				
OUTRAS				

<b>7.2 ACÇÕES INSPECTIVAS</b>
-------------------------------

ENTIDADE	ANOS DE INCIDÊNCIA			
	ANO N	N - 1	N - 2	N - 3
Inspecção Geral Finanças				
Inspecção Geral da Administração do Território				

<b>7.3 DOCUMENTOS DE GESTÃO</b>
---------------------------------

	Data de Aprovação pelo Orgão Executivo	Data da Aprovação pelo Orgão Deliberativo	Observações
Grandes Opções do Plano	26-12-2014	30-12-2014	
Orçamento	26-12-2014	30-12-2014	
Documentos de Prestação de Contas			
Outros			

<b>7.4 Quota parte de amortizações e encargos financeiros resultantes de empréstimos contraídos por AM's e EPM's</b>
Sem valor

<b>8 OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES</b>
---

FUNDOS ATRIBUÍDOS AO MUNICÍPIO	CORRENTE	CAPITAL	TOTAL
FEF	4.004.451,00	444.939,00	4.449.390,00
FSM	337.670,00		337.670,00
Participação no IRS			0,00
DESPESAS DE INVESTIMENTO NO ANO ANTERIOR AO DA GERÊNCIA EM APRECIACÃO			5.218.958,30

Município de Mealhada

Ano: 2015

Activo Bruto ( Imobilizado Bruto)

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação/Ajustam.	Aumentos	Alienações	Sinistros+Abates+Transf.	Saldo Final
451 Terrenos e recursos naturais	1.848.189,24	0,00	41.500,00	17.155,77	0,00	1.872.533,47
452 Edifícios	1.006.304,48	0,00	660,51	0,00	0,00	1.006.964,99
453 Outras construções e infraestruturas	62.209.931,85	0,00	8.293,89	0,00	3.087.716,09	65.305.941,83
455 Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
459 Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
445 Imobilizações em curso	4.498.825,29	0,00	529.132,84	0,00	-3.087.716,09	1.940.242,04
446 Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	69.563.250,86	0,00	579.587,24	17.155,77	0,00	70.125.682,33
431 Despesas de instalação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
432 Despesas de investigação e desenvolvimento	194.413,26	0,00	0,00	0,00	334.917,07	529.330,33
433 Propriedade industrial e outros direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
443 Imobilizações em curso	325.180,41	0,00	9.736,66	0,00	-334.917,07	0,00
449 Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	519.593,67	0,00	9.736,66	0,00	0,00	529.330,33
421 Terrenos e recursos naturais	4.713.327,50	0,00	226.686,00	108.331,09	0,00	4.831.682,41
422 Edifícios e outras construções	10.249.058,84	0,00	1.964,31	0,00	5.468.714,10	15.719.737,25
423 Equipamento básico	2.215.136,41	0,00	150.218,35	0,00	-17.766,95	2.347.587,81
424 Equipamento de transporte	1.510.402,25	0,00	113.487,34	0,00	0,00	1.623.889,59
425 Ferramentas e utensílios	32.911,43	0,00	2.962,34	0,00	-259,32	35.614,45
426 Equipamento administrativo	2.368.012,31	0,00	128.250,97	0,00	-18.369,93	2.477.893,35
427 Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
429 Outras imobilizações corpóreas	582.912,20	0,00	575,64	0,00	0,00	583.487,84
442 Imobilizações em curso	15.830.647,63	0,00	3.032.871,30	0,00	-5.468.714,10	13.394.804,83
448 Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	37.502.408,57	0,00	3.657.016,25	108.331,09	-36.396,20	41.014.697,53
411 Partes de capital	519.525,49	0,00	0,00	0,00	1.355.357,94	1.874.883,43
412 Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	649.799,94	0,00	0,00	649.799,94
4141 Invest. em imóveis - Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4142 Invest. em imóveis - Edifícios e outras construções	786.660,00	0,00	0,00	0,00	0,00	786.660,00
4151 Outras aplic. Financeiras - Depósitos em instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4152 Outras aplic. Financeiras - Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4153 Outras aplic. Financeiras - Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
441 Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
447 Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	1.537.927,54	-182.569,60	0,00	0,00	-1.355.357,94	0,00
	2.844.113,03	-182.569,60	649.799,94	0,00	0,00	3.311.343,37

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the bottom right and several smaller initials to the left.

G M *[assinatura]* *[assinatura]*  
*[assinatura]*

**Município de Mealhada**

Ano: 2015

Unidade: Euros

**Amortizações e Provisões**

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De Bens de domínio público	485			
Terrenos e recursos naturais	4851	0,00	0,00	0,00
Edifícios	4852	535 772,49	50 508,99	586 281,48
Outras construções e infra-estruturas	4853	33 365 401,69	2 535 633,12	35 901 034,81
Bens do património histórico, artístico e cultural	4855	0,00	0,00	0,00
Outros bens de domínio público	4859	0,00	0,00	0,00
		33 901 174,18	2 586 142,11	36 487 316,29
De Imobilizações incorpóreas	483			
Despesas de instalação	4831	0,00	0,00	0,00
Despesas de investigação e desenvolvimento	4832	157 239,09	139 800,73	297 039,82
Propriedade industrial e outros direitos	4833	0,00	0,00	0,00
		157 239,09	139 800,73	297 039,82
De Imobilizações Corpóreas	482			
Terrenos e recursos naturais	4821	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	4822			
Edifícios	48221	2 292 596,99	244 771,96	2 537 368,95
Outras construções	48222	111 975,66	24 006,28	135 981,94
Equipamento básico	4823	1 781 640,07	162 496,30	1 926 369,42
Equipamento de transporte	4824	1 313 971,64	56 593,76	1 370 565,40
Ferramentas e utensílios	4825	29 281,01	3 321,20	32 342,89
Equipamento administrativo	4826	2 149 481,46	157 170,80	2 288 282,33
Taras e vasilhame	4827	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	4829	371 896,05	9 320,78	381 216,83
		8 050 842,88	657 681,08	8 672 127,76
De Investimentos em imóveis	481			
Terrenos e recursos naturais	4811	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções:	4812			
Edifícios	48121	190 560,52	8 307,13	198 867,65
Outras construções	48122	0,00	0,00	0,00
		190 560,52	8 307,13	198 867,65
De Investimentos Financeiros	49			0,00
Partes de capital	491	34 919,67	115 016,96	149 936,63
Obrigações e títulos de participação	492	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras:	495			
Depósitos em instituições financeiras	4951	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida pública	4952	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	4953	0,00	0,00	0,00
		34 919,67	115 016,96	149 936,63

## Município de Mealhada

Ano: 2015

Unidade: Euros

## 8.2.26 - Contas de Ordem

Contas		SALDO GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO GERÊNCIA SEGUINTE	
Código	Designação	Devedor	Credor	Devedor	Credor	Devedor	Credor
<b>Garantias e Cauções</b>							
093	Garantias e Cauções de Terceiros						
0932	Garantias e Cauções de Terceiros, Prestadas	4.267.820,81		490.268,17		4.758.088,98	
09321	Prestadas por Fornecedores de c/c	9.299,00				9.299,00	
09322	Prestadas por Fornecedores de Imobilizado	4.251.568,11		490.268,17		4.741.836,28	
09323	Prestadas por Outros Credores	6.953,70				6.953,70	
0933	Garantias e Cauções de Terceiros, Devolvidas				226.155,99		226.155,99
09331	Devolvidas a Fornecedores de c/c						
09332	Devolvidas a Fornecedores de Imobilizado				226.155,99		226.155,99
09333	Devolvidas a Outros Credores						
0934	Garantias e Cauções de Terceiros, Acionadas				475,00		475,00
09341	Acionadas a Fornecedores de c/c						
09342	Acionadas a Fornecedores de Imobilizado				475,00		475,00
09343	Acionadas a Outros Credores						
<b>Total de Garantias e Cauções</b>		4.267.820,81		490.268,17	226.630,99	4.531.457,99	
<b>Recibos para Cobrança</b>							
092	Recibos para Cobrança (Receita virtual)						
0921	À responsabilidade do Tesoureiro	22.009,13			51,47	21.957,66	
0922	À responsabilidade de Outros Agentes						
<b>Total de Recibos para Cobrança</b>		22.009,13		0,00	51,47	21.957,66	
<b>Total</b>		4.289.829,94		490.268,17	226.682,46	4.553.415,65	

Município de Mealhada

*CF* *Ass* *Clau*

Ano: 2015

Desdobramento das Contas de Provisões Acumuladas

*07* Unidade: Euros *8*

	Contas	Saldo Inicial	Aumento	Reducao	Saldo Final
19	Provisões para Aplicações de Tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291	Provisões para Cobranças Duvidosas	153.982,52	55.616,22	5.377,47	204.221,27
292	Provisões para Riscos e Encargos	488.934,10	191.951,05	0,00	680.885,15
39	Provisões para Depreciação de Existências	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Provisões para Investimentos Financeiros	34.919,67	115.016,96	0,00	149.936,63

## Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Município de Mealhada

Ano: 2015

(designação da autarquia local)

(unidade: EUR)

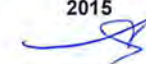
Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Existências Iniciais	0,00	161.291,90
Compras	0,00	198.495,27
Regularizações de Existências	0,00	277,70
Existências Finais	0,00	157.643,38
<i>Custos no Exercício</i>		<b>202.421,49</b>

## Município de Mealhada



## Demonstração de resultados financeiros

Ano: 2015

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2015	2014			2015	2014
681	Juros suportados	0,00	0,00	781	Juros obtidos	37.355,74	53.155,21
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	23.373,20	13.003,84
683	Amortizações de investimentos em imóveis	8.307,13	8.307,13	783	Rendimentos de imóveis	655.536,33	657.089,89
684	Provisões para aplicações financeiras	115.016,96	5,27	784	Rendimentos de participações de capital	0,00	0,00
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	160,87
688	Outros custos e perdas financeiros	395,34	317,41	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
				788	Outros proveitos e ganhos financeiros	338.073,00	326.973,00
	Resultados Financeiros	930.618,84	1.041.753,00	789	Diversos	0,00	0,00
		1.054.338,27	1.050.382,81			1.054.338,27	1.050.382,81

## Município de Mealhada

## Demonstração dos Resultados Extraordinários

Ano: 2015

Código das Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Código das Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2015	2014			2015	2014
691	Transferências de capital concedidas	968.044,55	605.462,35	791	Restituições de impostos	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	4.451,46	0,00	793	Ganhos em existências	0,00	0,00
694	Perdas em imobilizações	0,00	0,00	794	Ganhos em imobilizações	58.379,74	65.383,67
695	Multas e Penalidades	250,00	3.728,05	795	Benefícios de penalidades contratuais	57.039,57	4.024,65
696	Aumentos de amortizações e de provisões	0,00	0,00	796	Reduções de amortizações e de provisões	5.377,47	19.276,87
697	Correções relativas a exercícios anteriores	64.952,13	51.381,90	797	Correções relativas a exercícios anteriores	42.979,44	69.071,50
698	Outros custos e perdas extraordinárias	504,48	45,80	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	326.320,21	329.211,52
	Resultados extraordinários	-548.106,19	-173.649,89				
		490.096,43	486.968,21			490.096,43	486.968,21